

SENADO

Lissauer busca apoio de educadores



Presidente da Alego e pré-candidato a senador já se reuniu com cerca de 5 mil trabalhadores da Educação. **Página 8**

PLANO DE MOBILIDADE

Anápolis realiza primeira audiência pública



O estudo do plano começou a ser elaborado em 2019 mas, por conta da pandemia da Covid-19, precisou ser adiado. **Página 10**



ANO 34 - Nº 1.730 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 26 DE JUNHO
A 2 DE JULHO DE 2022
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ELEIÇÕES 2022

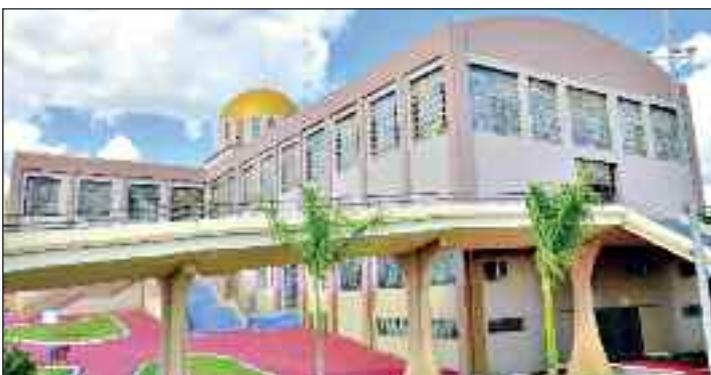
TSE dá aval para candidaturas avulsas

Será permitido o lançamento de nomes isolados ao Senado Federal, mas partidos não podem fazer coligações diferentes para governador e para senador.

Página 3

ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO

Depois de dois anos, evento volta a ser presencial



Prefeitura recomenda que romeiros atualizem cartão de vacinação para participar das celebrações deste ano. **Páginas 9**

ENTREVISTA

HAROLDO NAVES

FGM



“Governo federal faz cortesia com chapéu alheio”

Haroldo Naves alerta sobre o risco de paralisia das prefeituras em razão da perda de arrecadação promovida por projetos do governo, alguns de cunho eleitoreiro.

Páginas 4 e 5

LEGISLATIVO

Câmara discute direitos de minorias
Matérias tratam de demandas de mulheres, LGBTQIA+,
pessoas com deficiência e crianças.

Página 7

ESCOLA



Nova lei permite renegociar dívidas do Fies

Alunos que aderiram ao Fies até o segundo semestre de 2017 e estão com débitos vencidos há mais de 360 dias terão desconto de até 77% do valor da dívida. **Página 11**

EDITORIAL

O machismo das instituições

Mais um caso de violência contra a mulher chocou o país esta semana. A procuradora-geral da prefeitura de Registro, Gabriela Samadello Monteiro de Barros, foi espancada pelo procurador Demétrius Oliveira Macedo em seu local de trabalho, na frente de outras mulheres, que tentaram em vão impedir o ato de covardia.

O fato teve grande repercussão, o que levou a polícia, que havia liberado o agressor no primeiro momento, a prendê-lo. Mas, e os casos que não ganham os holofotes da mídia?

Em 2021, 17 milhões de mulheres foram vítimas de violência no Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Todos os dias são registrados casos de assassinato e violência física e psicológica contra elas.

A escalada da violência contra a mulher não se arrefeceu com a Lei Maria da Penha porque o machismo não está presente apenas nas relações pessoais; está imerso nas instituições. O delegado que liberou Demétrius o fez porque precisava investigar o motivo pelo qual ele teria agredido Gabriela. "Ele disse que estava sendo assediado moralmente", justificou.

As instituições ainda culpam a mulher pela violência que sofre: "o que você fez para apanhar" ou "usando essa roupa, o que queria?". Apenas quando a lei chegar às instituições ela será eficaz para proteger as mulheres, que são duplamente vítimas de violência, quando apanham fisicamente e quando são agredidas moralmente por policiais, delegados, promotores e juízes.

ARTIGO

"Seu filho é anão, e não há nada que a medicina possa fazer por ele!"

Era uma sexta-feira à noite e eu estava radiante! Grávida de 32 semanas do meu primeiro filho tão sonhado, mudando naquele dia para minha primeira casa própria. Estava em uma clínica aguardando para uma ultrassonografia de rotina e não podia estar mais feliz! Até que o médico, após verificar e revisar cada medida dos ossos do meu filho, me disse, com nenhum tipo de empatia, essa frase. Ela ainda ressoa nos meus ouvidos. E o pior: ela ainda é a mesma dita pelos médicos para várias mães que recebem o diagnóstico de um filho com displasia óssea.

Toda mãe carrega a projeção de um filho "perfeito". Não por vergonha ou por desamor, mas pelo enorme amor que já sente desde o resultado positivo para a gravidez. A gente pensa que um filho "perfeito" estará menos

sujeito ao sofrimento, o que de certo modo não deixa de ser uma verdade, apesar de não ser, de modo algum, uma garantia. Receber o diagnóstico de um filho com deficiência é um nocaute nas melhores expectativas, e mais que isso, receber o diagnóstico de uma deficiência que ainda hoje é motivo de piada escrachada é ainda mais doloroso. Eu tive medo.

Quando falo disso, me parece que os fatos se deram há décadas e é mesmo surpreendente pensar que o Gabriel tem apenas 15 anos. Mais incrível é constatar que não era uma sensação de uma mãe que estava se sentindo angustiada, mas uma realidade de uma comunidade que, apenas dois anos antes (2004), fora incluída no rol das pessoas com deficiência para desfrutarem, pelo menos, dos mesmos direitos.

Procurei especialistas e eles pareciam não existir. Viajamos atrás de atendimento e de respostas para as nossas dúvidas. Até que em 2015 conheci um grupo de adultos e finalmente entendi que o que faltava era alguém se levantar para tirar o assunto da esfera do tabu e colocá-lo na pauta da sociedade.

Com ajuda de um amigo, pensamos em uma estratégia de usar as redes sociais para falar sobre o assunto. Nascia então o movimento #somosTODOSgigantes. Ele se espalhou imediatamente pelo país e precisávamos fazer mais. No ano seguinte, minha família colocou no ar o primeiro portal sobre nanismo do Brasil e em 2018 começamos a fazer encontros presenciais para as famílias do país inteiro.

Em 2020, fundamos o Instituto Nacional de Nanismo

migrando entre localidades espaciais, com ou sem sua família, necessitando apenas de uma conexão para realização do seu trabalho. Noutras palavras, o mundo é seu local de trabalho e seu mundo é a conexão com a rede. São eles os nômades digitais ou porque não os apátridas digitais, ou ainda os ciganos das redes.

Referida forma de prestar serviços será capaz de suscitar questões de grande relevância em todos os espectros do Direito.

No Direito Internacional, questões de soberania de aplicação da norma. No Direito Tributário, questões inerentes ao recolhimento de impostos. No Direito e Processo Civil, local de cumprimento da obrigação, citação, escolha de foro, além do próprio direito substancial a ser aplicado.

Na seara do Direito do Trabalho, as questões serão infinitas, desde a própria possibilidade ou não da formação de uma possível relação de emprego até quem poderá declará-la, tendo em vista a possibilidade da atividade itinerante do trabalhador por inúmeros países, sendo muitas vezes até mesmo a empresa itinerante. Isso porque, em algumas hipóteses, a própria direção da empresa pode estar em diferentes países com diversas legislações. E ainda que em algumas situações se

reconheça a relação de emprego, teremos temas que deverão ser enfrentados sob uma nova ótica como, por exemplo, o adicional de transferência, a equiparação salarial e outros tantos. Não podemos esquecer ainda, que nas questões coletivas teremos que enfrentar situações como de eventuais associações ou até mesmo categorias ditas digitais, unidas pela similitude da forma da prestação de serviços, mesmo existentes os limites espaciais da normatização existente.

Vê-se, então, a extrema necessidade de revisitação ou adequação de conceitos para que referidos trabalhadores e empresas contratantes tenham um tratamento renovado em razão da ausência da relação espacial até então inserida na legislação. Aguardemos o que nossa doutrina construirá.



Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, advogado



Juliana Yamin, presidente do Instituto Nacional de Nanismo (INN)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Thiago Queiroz
thiagonqueiroz@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Fabiola Rodrigues
fabjournalist@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

SENADO

TSE libera candidaturas
avulsas

Decisão, no entanto, veta coligações diferentes do mesmo partido para governador e para senador

Carla Borges

Em mais uma votação com placar apertado, por 4 votos a 3, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu sobre a consulta a respeito do lançamento de candidaturas isoladas, sem coligação, para o Senado Federal. Os ministros aprovaram essa possibilidade, confirmando resposta anterior da área técnica do tribunal. Fica vedada, no entanto, a possibilidade de coligações diferentes do mesmo partido para os cargos de governador e de senador. “A interpretação que eu faço é que o partido pode se coligar para governador, mas se ele for se coligar para o Senado, tem de ser a mesma coligação, com os mesmos partidos”, explica à Tribuna do Planalto o advogado Leon Safatle, especialista em Direito Eleitoral. “Também é possível se coligar somente para governador, lançando individualmente o candidato a senador”, acrescenta.

A consulta feita ao TSE apresentou a situação hipotética em que os partidos A, B, C e D participem da coligação majoritária para governador do Estado. O primeiro questionamento foi se existe obrigatoriedade de que os quatro partidos participem da mesma coligação majoritária para senador. O segundo foi se podem os partidos ligados ao cargo de governador lançar, individualmente, candidatos para senador. O

último, se poderia o partido A, sem integrar qualquer coligação, lançar, individualmente, candidato ao Senado. As respostas são sim para as três. O julgamento começou com o ministro Ricardo Lewandowski dizendo não à primeira e concordando com as demais. Depois, veio o voto divergente, respondendo afirmativamente também à primeira pergunta, o qual prevaleceu.

“O reflexo político disso é que há um esclarecimento sobre o que pode ou não ser feito nesse sentido e também há um funil melhor ali para decidir quem serão os candidatos”, avalia Safatle, lembrando que há vários pré-candidatos ao Senado na base de sustentação do governador Ronaldo Caiado (UB), que querem apoio do governo estadual. “Agora ficou claro qual é o filtro que será aplicado”, pondera.

Para Leon, provavelmente o que deverá acontecer é uma coligação para o governo do Estado e os partidos que a integram lançarem individualmente os seus candidatos ao Senado. “Abrem-se as portas para as candidaturas isoladas, sem coligação. Abre-se a oportunidade de uma maior quantidade de candidatos ao Senado independente da candidatura ao governo do Estado”, analisa o advogado. “Não haverá necessariamente uma aglutinação de todos os partidos da base em torno de um único nome para o Senado”, conclui.



Leon Safatle, advogado eleitoral:
“filtro ficou claro”

Tribuna
Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com

**Caso Genivaldo**

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) impôs sigilo de 100 anos aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte de Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, em Umbaúba (SE). A descoberta foi feita a partir da negativa de acesso aos processos em pedido formulado pelo portal de notícias Metrôpoles, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). A PRF alegou se tratar de “informação pessoal” sobre os envolvidos.

Contraria CGU

A negativa da PRF contraria entendimento da Controladoria-Geral da União (CGU), que já se manifestou a favor da divulgação do teor dos procedimentos concluídos. O enunciado da CGU que define essa conclusão foi publicado no Diário Oficial da União em junho de 2016 e, com base nele, o Metrôpoles recorreu da resposta da polícia.

Informação profissional

O texto da LAI define que “informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem” terão seu acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, mas não da conduta profissional de servidor público. Os envolvidos no assassinato de Genivaldo, sufocado por gás na viatura da PRF, são Clenilson José dos Santos, Paulo Rodolpho Lima Nascimento, Adailton dos Santos Nunes, William de Barros Noia e Kleber Nascimento Freitas.

Fotos: Divulgação

**Sem assédio**

A OAB-GO lançou a campanha regional Advocacia sem assédio e um canal de denúncias (www.advsemassedio.org.br), por meio do qual poderão ser relatados casos de assédio sexual, moral e institucional contra as mulheres advogadas. O lançamento foi na terça-feira, 21, na ESA-GO (foto). Uma pesquisa realizada pela entidade Internacional Bar Association em 2019, com 7 mil profissionais da área jurídica, mostrou que 75% já haviam sofrido assédio sexual e 65% de bullying ou assédio e pensaram em deixar o trabalho. “Esses números só reforçam o bordão da campanha — A luta não é de uma, é de todas”, definiu o presidente da OAB-GO, Rafael Lara Martins.

Porte de arma negado

A 5ª Turma do TRF-1 negou porte de arma a um advogado que alegou exercício de atividade profissional de risco em decorrência de ameaças sofridas. Os desembargadores federais entenderam que não ficou comprovada a efetiva necessidade. O advogado alegou, no recurso, que em razão de sua atuação no direito agrário, em ações envolvendo grandes áreas rurais, constantemente é alvo de ameaças anônimas e veladas dirigidas a ele e aos familiares.



Há forte recalcitrância, por parte de diversos julgadores espalhados pelo país, em aplicar o princípio da insignificância



Daniel de Macedo Alves, defensor público-geral federal, ao apresentar proposta de súmula vinculante ao STF sobre a matéria

ENTREVISTA

“Governo federal faz cortesia com chapéu alheio”

Crítico das medidas que reduzem os recursos dos municípios, o prefeito de Campos Verdes e presidente da FGM, Haroldo Neves, alerta sobre a perda de recursos municipais em razão da redução do ICMS e de outros projetos do governo federal que impactam no Fundo de Participação dos municípios, a exemplo do que altera as regras do Imposto de Renda. Segundo ele, a perda de arrecadação pode paralisar a prestação de serviço por parte das prefeituras. Para Neves, algumas das propostas são eleitoreiras.

TRIBUNA DO PLANALTO

Qual o impacto da perda do ICMS para os cofres das prefeituras?

HAROLDO NAVES

O PL 18/2022 vai trazer um prejuízo para os 246 municípios de Goiás de R\$ 780,4 milhões. É um prejuízo grande e a gente sabe que isso é enxugar gelo porque a questão hoje está na paridade do preço do petróleo com o dólar, na paridade internacional. E como há o descontrole inflacionário e o dólar subiu, o combustível vai continuar subindo. Até porque, desde novembro do ano passado, Goiás congelou o preço dos combustíveis e não está aumentando a alíquota. O valor sobre o qual está sendo cobrado o ICMS é de pouco mais de R\$ 6, enquanto que, na bomba, o combustível já está sendo vendido a mais de R\$ 8. Isso é uma medida eleitoreira, que não resolve e vai sangrar as finanças municipais, vai prejudicar a população mais carente porque é lá nos municípios que o cidadão mora, que ele bate na porta do gestor municipal, que sofre as carências de saúde e quem oferta os serviços são os municípios, a educação, transporte escolar, merenda escolar, vários serviços que podem ser paralisados, como a manutenção dos estradas vicinais, recuperação de estrada de uma via urbana, recapeamento, melhoria de escola e unidades escolares. O prefeito, talvez, terá que fechar uma unidade de saúde, diminuir uma série de serviços. Quem vai pagar o preço é a população mais carente, dessas medidas, infelizmente, eleitoreiras. Em um ano eleitoral não se discute o

pacto federativo com a seriedade que deveria.

Quais estratégias os municípios vêm debatendo para superar esse desafio?

A estratégia vai começar com essa mobilização em Brasília, dia 5, para fazer um convencimento no Congresso Nacional e em setores do governo federal de que estão propondo uma medida danosa para os cofres municipais. É o maior prejuízo da história que os municípios vão sofrer. Logicamente, nós reconhecemos alguns dos avanços que tivemos nos últimos anos. Mas mesmo com o aumento das emendas do relator, que está ajudando os municípios, com o aumento dos preços do cimento, ferro e todo material de construção, está havendo realinhamento de preço. Uma obra que chega no município por R\$ 500 mil, daí a pouco o prefeito tem que botar R\$ 300 mil, R\$ 400 mil de contrapartida para concluir a obra porque o valor é insuficiente. Temos de mostrar essa nova realidade que está acontecendo no Brasil e em Goiás também para evitar essa sangria dos cofres municipais. É assim com o maquinário também, faz-se uma licitação de R\$ 300 mil para aquisição de determinado maquinário e, quando chega o dia da licitação, dá deserta. Para adquirir um veículo a prefeitura precisa colocar uma contrapartida de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil. Às vezes, a contrapartida é maior do que o valor destinado pela emenda. Temos de mostrar essa questão para convencer que são os municípios que carregam esse país e a Nação porque é lá que o cidadão mora, trabalha e pro-



Haroldo
Naves

Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM)

duz; é lá que ele acessa os serviços de atendimento à população e quem presta isso são os municípios.

A cobrança do Imposto de Renda (PL 2.337/2021), a redução do percentual cobrado no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e os pisos do magistério (aumento concedido) e da enfermagem também comprometem os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). É possível mensurar o impacto dessas mudanças?

O PL 2.337, do Imposto de Renda, vai trazer um prejuízo para os municípios de R\$ 522 milhões. É preocupante porque o Imposto de Renda e o IPI são os únicos impostos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios. Quando o governo federal quer fazer algum agrado a um determinado segmento, ele tira dinheiro desses dois impostos que são compartilhados com os municípios.

No restante dos impostos que não são compartilhados com os municípios ele nunca dá isenção. Ou seja, o governo federal faz cortesia com o chapéu alheio. Por isso nós queremos que haja uma compensação porque vamos ter uma perda grandiosa com a mudança no Imposto de Renda. Já na desoneração do IPI, os municípios vão ter um prejuízo de R\$ 251 milhões, um prejuízo assustador que já começa a partir de agora, no mês de julho. É extremamente preocupante porque pode levar à paralisia uma série de serviços municipais.

Qual a avaliação que a entidade faz dos efeitos da pandemia nos municípios?

A pandemia foi danosa para a economia. Não tivemos, infelizmente, uma coordenação nacional, o que ceifou muitas vidas, mas agora é trabalhar para recuperar o tempo perdido. A vacinação salvou muitas vidas, ainda temos algumas pessoas resis-

tentes e os municípios têm feito a busca ativa, tentando fazer o convencimento. Logicamente que, se tivesse tido uma campanha nacional de conscientização, teria sido mais fácil, mas vamos lutar para superar as perdas que tivemos, além das vidas, da economia. Fizemos um esforço grande porque quem está na ponta é quem sofre as consequências da economia e os municípios foram os maiores prejudicados. Em Goiás, tivemos uma parceria produtiva com o governador Ronaldo Caiado, que ajudou muito os municípios com cesta básica, trabalhando em parceria constantemente e isso facilitou o nosso gerenciamento para superar o momento mais crítico da pandemia. Inclusive, Goiás tinha 250 UTIs e saltou para mais de mil, salvando muitas vidas. A regionalização da saúde também foi importantíssima para superarmos essas dificuldades da pandemia e salvar vidas.

Como os municípios estão lidando com a defasagem na educação provocada pelo ensino on-line?

A questão da defasagem na educação em razão da pandemia é preocupante. Existe um déficit grande, sobretudo nas crianças de primeiro, segundo e terceiro anos. Graças a Deus essa parceria com o governo do Estado de Goiás está dando a oportunidade aos municípios de contratar, com o dinheiro do estado, um coordenador e dois professores de apoio para ajudar a recuperar o tempo perdido dessas crianças; colocaram internet nos pontos das escolas e estão ajudando nessa transmissão em vários municípios, como no meu. Compramos equipamento de informática, computadores para todos os professores que ajudam a ministrar aula e a unidade tecnológica para transmissão. Mas sabemos que muitos alunos não têm conectividade em casa, às vezes só tem um aparelho e aquele aparelho tem de estar com o pai ou com a mãe e a criança fica desprotegida. A situação é preocupante e cada município tem feito o seu esforço e, sabendo que a situação é séria e preocupante, o governo do Estado de Goiás está estendendo a mão amiga, através da Secretaria de Educação, trazendo esse reforço escolar para essas crianças para que elas possam superar um pouco essa dificuldade. Mas o Brasil todo vai pagar um preço alto pela paralisação da educação nesse período da pandemia e temos de fazer um esforço grande para superar esse tempo perdido.

A entidade acredita em um retorno de algumas medidas protetivas em razão dos avanços dos casos?

Cada município, de acordo com os dados epidemiológicos, vai tomar a sua decisão. Há alguns que estão determinando o uso de máscaras em locais fechados. É de acordo com a demanda de cada localidade e a gravidade da doença. O governo federal reduziu a idade da quarta dose para 40 e isso vai imunizar mais pessoas. À medida que for avançando, vamos fazendo o monitoramento em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e com a Superintendência da Vigilância Sanitária e, de acordo com o mapa epidemiológico de cada região e de cada município, o prefeito

toma uma decisão. Os prefeitos tiveram muita coragem de tomar a decisão, fizeram a flexibilização quando necessário, enrijeceram um pouquinho quando foi necessário e vai ser assim. Como os índices de contaminação aumentaram, mas o de interação diminuiu essa sensação, estamos atuando para não prejudicar muito a economia, mas, principalmente, salvar vidas. Tem de ter essa razoabilidade.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) convocou todos os prefeitos a participarem de uma mobilização em 5 de julho, em Brasília. Qual a pauta da mobilização?

A pauta em Brasília são essas perdas. O governo federal dando essas reduções de Imposto de Renda, de IPI, que tiram dinheiro dos municípios, anunciando pisos através de portarias que todo advogado recém-formado sabe que é ilegal, que não tem efeito jurídico, mas traz um efeito grave aqui na ponta devido à pressão da categoria. O piso da Enfermagem, por exemplo, não fala qual é a fonte de financiamento. Discutimos também algumas medidas eleitoreiras e que são formas de compensação, mas que não vão acontecer, como a questão dos cassinos porque há certa resistência, sobretudo no Senado, da aprovação. E mesmo que seja aprovado, não se sabe quanto vai arrecadar e quando vai ser implantado. Talvez demore três, quatro anos, quando já terminou o mandato do prefeito. Precisamos discutir formas de compensação e colocamos algumas alternativas, como a compensação com os dividendos da Petrobras para os municípios, o que não resolveria tudo, mas pelo menos uma parte, e seria uma coisa palpável, justa e factível para o governo federal e para os municípios. Mas essa interlocução não está acontecendo nem no Congresso Nacional e muito menos com o governo federal. Os municípios vão fazer essa mobilização em Brasília no dia 5 e, não havendo avanço, os municípios vão tomar outras medidas, como a paralisação, fechar as prefeituras e outros tipos de ações que entendermos como pertinentes. Mas é uma questão que está começando, vamos ver os avanços e entendemos que o diálogo pode avançar. O governo desse



Fotos: Divulgação

país sempre foi do diálogo, já tivemos várias conquistas nos últimos anos e vamos continuar esse diálogo para ver se há a conscientização daquilo que está acontecendo, que me parece que está tendo um lapso e um desrespeito para com os municípios de Goiás e do Brasil.

A mudança no pacto federativo é uma pauta antiga dos municípios. Quais mudanças são reivindicadas?

O pacto federativo é uma luta antiga e hoje eu já não discuto um novo pacto federativo. Eu gostaria de discutir o aprimoramento do pacto que temos hoje. Porque já houve alguns avanços, mas uma das teses que defendemos é que se aprove um projeto de lei que está no Senado, da ex-senadora Ana Amélia, e que estabelece que só pode se criar despesa para os municípios se apontar a fonte de financiamento. Nós defendemos que seja assim para os municípios, estados e União. Isso é importante porque o planejamento do município está sendo prejudicado e retirado das mãos do gestor municipal. O que nós queremos é respeito com as finanças municipais, respeito com o cidadão que vive do município e precisa do serviço que a municipalidade oferece e que, nesse momento, ele está sendo prejudicado. Nós precisamos desse aprimoramento do pacto federativo, de uma política de Estado, que as coisas sejam perenes, de leis que possam ser duradouras e que, principalmente, sejam cumpridas, e não ficar nessa política eleitoreira e danosa que estamos assistindo neste exato momento no Brasil.

Dados do Ministério da Economia mostram que foram usados 88% dos recursos de emendas par-

lamentares federais liberados para Goiás, desde 2020, via transferências especiais, modalidade conhecida como Pix Orçamentário. Dos R\$103,3 milhões liberados para os municípios goianos, apenas R\$12,4 milhões têm destino conhecido. Como a entidade avalia essa modalidade de repasse?

As emendas especiais têm um trâmite normal. Após a conclusão da obra, aquele município que fez parceria com a Caixa Econômica Federal para a instituição fazer a prestação de conta e a fiscalização da obra, a Caixa vai fazer a fiscalização; aquele município que entendeu que ele mesmo vai fazer a fiscalização e prestação de conta, vai fazer após a conclusão. Logicamente, a conclusão da obra do Brasil é demorada porque, às vezes, não aparece empresa na licitação, a licitação dá deserta, com o aumento de preços, a obra que era para demorar dois anos, demora quatro, sei anos. A maioria dos prefeitos está usando essas emendas especiais para obras e, após a conclusão da obra, é que será feita a prestação de contas. Mas assim como em todos os convênios, mais de 97% dos municípios estão tendo as suas contas aprovadas. Lembrando que as emendas especiais, que a imprensa chama de Pix Orçamentário, têm muito mais fiscalização do que as emendas normais, porque a emenda que vem do governo federal vai ter fiscalização do TCU, do TCM, do Ministério Público, da Câmara de Vereadores, dos conselhos municipais, que estão ali mais próximos da comunidade e conhecem a realidade local, portanto fiscaliza com mais agilidade. As emendas especiais da Assembleia Legislativa vão começar a chegar e vão ter a fiscalização do Tribunal de

Contas do Estado, do TCM, do Ministério Público local e do Ministério Público do TCM, bem como dos conselhos municipais. Não há nenhum prejuízo e as emendas especiais vão trazer economicidade para os municípios, porque a obra vai ser concluída, o prefeito está lá mais próximo e sabe para onde destinar aquela obra. Porque, às vezes, a obra vem engessada pelo governo federal, é obra importante, mas não era aquela necessidade mais premente do município. A emenda especial vai atender àquela necessidade prioritária, que a comunidade, através dos conselhos, da Câmara de Vereadores, do prefeito, da equipe do prefeito, vai escolher. Vai ser entregue, concluída e prestada conta e, pode ter certeza, que quase a totalidade vai ser aprovada em todos os órgãos de controle externo.

Como a entidade avalia o gasto com shows de artistas que foram e estão sendo investigados?

A entidade avalia que cada gestor tem a sua autonomia para fazer a escolha daquilo que deve ser feito no seu município a partir daquilo que ele entende que é bom pelo seu município. Tem prefeito que faz, por exemplo, uma pesquisa com a população para saber qual show a população quer e tem outro prefeito que, às vezes, escolhe aquele artista que está mais próximo. Se o artista está aqui, por exemplo, em Goiás, na mesma região, no mesmo mês, logicamente a logística vai ficar mais barata e o show vai ficar mais barato. Se está em outro estado, sobretudo um estado mais longe, o show vai ficar mais caro e tudo mais. O gestor tem autonomia para escolher e fazer o melhor evento para sua cidade. Lembrando que o evento movimenta a economia da cidade, fortalece o comércio local, lota os hotéis. Nós temos várias feiras de negócio que, após a parte de negócios que acontece durante o dia, à noite há a parte festiva, que une a comunidade, é um ponto de encontro da comunidade. Isso gera emprego e renda e movimenta a economia da cidade e a gente, por causa dessa polarização nacional, não pode considerar que isso é prejuízo. Logicamente que pode haver um caso ou outro esporádico, mas a sua imensa maioria de prefeitos têm extrema responsabilidade com isso.

SAÚDE

Caiado inaugura nova estrutura do Hospital Estadual de Trindade

Unidade de saúde, que passa por ampla reforma e ampliação, agora oferta exames de tomografia altamente tecnológicos

Da Redação

Em agenda no município de Trindade na quinta-feira, 23, o governador Ronaldo Caiado inaugurou o Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) do Hospital Estadual de Trindade — Walda Ferreira dos Santos (Hetrin), que passa a contar com exames de tomografia. E entregou, ainda, a máquina de corte de tecidos Audaces ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Moda. “Tudo isso vai gerar emprego e renda e fazer dessa cidade um polo de desenvolvimento e de qualidade de vida”, destacou o governador.

A novidade no Hetrin é parte do projeto de reforma



Ronaldo Caiado inaugura Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico do Hetrin, que passa a contar com tomógrafo de última geração

e ampliação da unidade, iniciado neste ano. A entrega ocorre em etapas. A primeira delas, inaugurada na quinta-feira, conta com cinco consultórios para atendimento ambulatorial, além de estrutura para realização de tomografia, sendo: uma sala de exames, uma Sala de Recuperação Pós Anestésica (RPA) e uma de comando. A aquisição de equipamentos é proveniente de emendas parlamentares. “O nível de

humanização dessa sala é algo inédito”, comentou Caiado sobre o acolhimento e a arquitetura do local.

O tomógrafo, modelo Aquilion Lightning, foi adquirido por meio de emenda parlamentar do deputado estadual Dr. Antônio no valor de R\$ 1,6 milhão. O equipamento produz imagens de corpo inteiro com alta qualidade. Essa tecnologia auxilia no diagnóstico de doenças ósseas

ou musculares, identificação de tumores, infecções ou coágulos, além de servir para detectar e monitorar lesões ou doenças. “É padrão de hospital privado. A saúde do Estado de Goiás está em um patamar muito superior [ao cenário encontrado em 2019]”, disse o secretário da Saúde, Sandro Rodrigues.

Ainda, a sala de raio-X foi realocada e ampliada para receber equipamento com nova tecnologia. A ala conta

com uma sala de eletrocardiograma, uma de ecocardiograma e uma de ultrassonografia, além da de laudos. O setor dispõe de equipe multidisciplinar 24 horas para o apoio diagnóstico, conforme a demanda da unidade, o que garante retaguarda no atendimento.

Os novos serviços estão em funcionamento desde 17 de maio. Desde então, foram realizados 2.172 exames de raio-X e 291 tomografias. A deputada federal Flávia Moraes que também destinou emendas no valor de R\$ 1,1 milhão para o hospital afirmou que a ampliação da unidade “é a realização de um sonho” para a população de Trindade.

Outra etapa de ampliação do Hetrin, que está em andamento, consistirá em uma maternidade capaz de atender gestantes de alto risco. Quando totalmente concluídas as obras, o hospital mais do que triplicará seu tamanho, saltando de 2.400m² para 8.900m². “É a concretização de algo que pensamos lá atrás, juntos: com emenda de uns, a força de vontade de todos e o querer de um governador. Só me restou abrir as portas de Trindade para este grande feito”, agradeceu o prefeito Marden Júnior.

APL da Moda recebe equipamento

Ainda em Trindade, o setor confeccionista recebeu a máquina de corte Audaces, que tem o objetivo de fomentar a cadeia produtiva da região. A ação integra o Projeto de Incentivo à Cadeia Produtiva de Moda. Avaliado em R\$ 1,4 milhão, o equipamento foi entregue por Caiado via assinatura de termo de cessão de uso. Com isso, a prefeitura vai custear o local e a manutenção da máquina. O benefício é parte do pacote de R\$ 344 milhões anunciado pelo Governo de Goiás, em abril de 2022, para estimular o desenvolvimento do setor.

A Audaces tem capacidade de produzir 10 mil peças por dia e torna a confecção mais fácil e com maior qualidade. Ela pode ser utilizada gratuitamente por empresá-



Setor confeccionista de Trindade recebe máquina de corte Audaces, dentro do Projeto de Incentivo à Cadeia Produtiva de Moda

rios do ramo de confecção e moda, com prioridade a micro e pequenos empresários, cooperativas e associa-

ções do setor de confecções de Trindade e região. O secretário da Retomada, César Moura, informou que 565

empresas locais já estão cadastradas para o uso da máquina, mas que a intenção vai além. “É uma política

pública que incentivará o nascimento de novas empresas e cooperativas”, pontuou.

O APL da Moda também é palco de qualificação profissional. “Estamos dando um curso e os alunos ainda recebem o dinheiro para comprar a máquina de trabalhar”, comentou Caiado sobre a profissionalização oferecida pelos Colégios Tecnológicos de Goiás (Cotecs). Quem se encaixa nos requisitos do Cadastro Único (CadÚnico) é beneficiado, na conclusão das aulas, com o Bolsa Qualificação e o Crédito Social. São R\$ 593 mil em benefício aos futuros costureiros em Trindade. No total, 90 alunos já concluíram os estudos de corte e costura, e uma nova turma atende outros 48.

LEGISLATIVO

CCJ aprova matérias sobre direitos de minorias

Matérias que irão a plenário tratam de demandas de mulheres, combate à transfobia, auxílio a pessoas com deficiência e crianças

Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Goiânia aprovou, em reunião nesta quarta-feira, 22, projetos de lei que tratam de direitos das minorias. De iniciativa do vereador Mauro Rubem (PT), foram aprovadas cotas para mulheres transexuais, travestis e homens transexuais em cargos efetivos ou

comissionados no serviço público em Goiânia. De acordo com a matéria, a cota mínima será de 3% das vagas oferecidas; para cargos efetivos, deverão ser aprovados em concurso público.

“Dados do relatório da violência homofóbica apontam que 90% das pessoas trans acabem tendo como única sobrevivência a prostituição de rua, o que nos faz refletir sobre a necessidade urgente do poder público estimular contratação de pessoas transgêneras para superar tamanha exclusão”, afirma o parlamentar.

O vereador Marlon Teixeira (Cidadania) teve aprovado projeto que institui no Calendário Municipal o “Carnafolia LGBTQIA+”, a ser comemorado anualmente no domingo de Carnaval. Marlon destaca que “ao incluir no calendário de eventos oficiais pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e mais (LGBTQIA+), em Goiânia, nossa cidade se reafirmará como vanguarda na construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário”.

O parlamentar explica que a festa deverá ser “um evento democrático, onde não exista discriminação de raça, idade ou orientação sexual, destinado a jovens e adultos, cujo principal objetivo é combater discriminação e promover discussões criativas a partir da arte e da cultura sem violência”.

DEFICIENTES

Para pessoas com deficiência mental, intelectual ou sensorial, a CCJ aprovou matéria que dá direito a ingresso e permanência em ambientes de uso coletivo — públicos ou privados — acompanhados de cão de apoio emocional. A autoria é da vereadora Sabrina Garcez

(Republicanos).

“A única legislação existente sobre o tema em Goiânia é a do cão-guia, mas não é voltada para o cão de apoio emocional. Nossa proposta não exclui outros animais de estimação que ocupem essa mesma função”, esclarece Sabrina, acrescentando que animais não poderão ser usados “para fins de defesa pessoal, ataque, intimidação ou qualquer ação agressiva”.

Também propostas por Sabrina, duas matérias que protegem mulheres de violência de gênero foram aprovadas pela comissão.

Uma delas prevê a afixação de avisos com números do Disque Denúncia da Central de Atendimento à Mulher — Disque 180 — em automóveis utilizados nos órgãos públicos e em notícias divulgadas por qualquer meio, seja blogs, sites ou mídias da imprensa goianiense, quando se tra-

tar de casos de violência contra a mulher.

Já o vereador Thialu Guiotti (Avante) obteve, na CCJ, aprovação de sua matéria que institui a Política Municipal de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de mães vítimas de feminicídio.

De acordo com a proposta, crianças e adolescentes, filhos de mulheres provedoras do lar ou de responsáveis legais que tenham sido vítimas de feminicídio, deverão receber atenção multissetorial — direitos à assistência social, saúde, alimentação, moradia, educação e assistência jurídica gratuita.

“É necessário um acolhimento especializado e multiprofissional, a fim de minimizar danos e suas consequências às vítimas, mas pouco é visibilizado o impacto dessa violência sobre a vida de inúmeras crianças e adolescentes”, afirma Guiotti.

ARTES

Audiência pública discute Palácio da Cultura

A Câmara Municipal de Goiânia promoveu, no Plenário da Casa, sob iniciativa do vereador Mauro Rubem (PT), audiência pública para debater a construção do Palácio da Cultura na antiga sede da Assembleia Legislativa, no Bosque dos Buritis, no Setor Oeste. O evento — realizado de forma híbrida, presencial e online, por meio de plataformas digitais, com transmissão pelo canal da Câmara no YouTube — contou com a presença de agentes e produtores culturais, artistas e coletivos de diferentes segmentos atuantes na área, representantes de entidades classistas, de instituições de ensino e de órgãos governamentais.

Transferida, há cerca de seis meses, para o Park Lozandes, Região Sudeste da capital, a Assembleia Legislativa de Goiás funcionou, durante mais de 60 anos, no prédio pertencente à Prefeitura de Goiânia. Com a devolução do imóvel, o pre-



Foto: Divulgação

Audiência pública discute destinação da antiga sede da Alego para o Palácio da Cultura

feito Rogério Cruz (Republicanos) anunciou, em março passado, que o local será destinado ao Palácio da Cultura, aonde passarão a funcionar a Secretaria Municipal de Cultura (Secult), o Centro Livre de Artes, o Museu de

Arte de Goiânia e a Orquestra Sinfônica.

Durante a realização da audiência pública, os pronunciamentos da maioria de artistas e produtores culturais foram em apoio à iniciativa, mas, também, de expec-

tativas quanto às ações a serem desenvolvidas no novo local e o incremento de políticas públicas efetivas para o segmento, na cidade. Eles destacaram a importância de um lugar que não só abrigue grupos e organiza-

ções culturais; reivindicaram que o espaço possibilite, ainda, a exposição e a comercialização de produtos.

Presente ao debate, o secretário municipal de Cultura, Zander Fábio, ressaltou que a ideia é transferir, para o local, o Cine Ouro, a Orquestra Sinfônica de Goiânia e o Coro Juvenil. De acordo com ele, a estrutura do prédio é ideal para abrigar diferentes projetos e manifestações artísticas. “O espaço é amplo o suficiente para abrigar os grupos, estimular a Arte e levar bem-estar e cultura à população goianiense”, disse.

Os participantes do evento decidiram, junto com o vereador Mauro Rubem, apresentar uma moção de apoio à instalação do Palácio da Cultura no antigo prédio da Assembleia Legislativa. Por enquanto, não há data oficial para a inauguração do novo centro cultural. A expectativa é de que, ainda este ano, todo o espaço esteja ocupado.

ELEIÇÕES 2022

Lissauer Vieira busca apoio de profissionais da Educação

Divulgação

Pré-candidato ao Senado reuniu cerca de 5 mil representantes da categoria na capital e em Rio Verde

Da Redação

Referendada por prefeitos e vereadores do estado, a pré-candidatura de Lissauer Vieira (PSD) ao Senado Federal também tem buscado conquistar o respaldo popular e a ampla aprovação de diversos segmentos da sociedade. O parlamentar participou, na noite de quarta-feira, 22, em Goiânia, de mais um encontro com profissionais da Educação, desta vez, com representantes de 26 municípios goianos.

Ao lado de coordenadores regionais de Educação, professores, gestores escolares e servidores da pasta, o presidente da Alego respondeu a uma série de questionamentos e pautas relacionadas à categoria. Entre elas, valorização dos profissionais, investimentos em infraestrutura, plano de car-



Encontro com servidores da Educação contou com representantes de 26 municípios

reira, piso nacional do magistério e outras questões e, em todas elas, Lissauer procurou debater as soluções. Segundo o deputado, a educação precisa estar sempre como prioridade de qualquer gestor público.

"O que foi feito em Goiás nestes últimos anos talvez jamais tenha sido visto no Brasil. São vultosos investimentos na Educação do nosso estado e isso porque

nós, da Assembleia, conseguimos dar governabilidade ao governador. Mas entendo que precisamos avançar cada vez mais, valorizando nossos profissionais, ouvindo e debatendo com seriedade todas essas demandas e buscando soluções para todas elas. E esse é o meu compromisso com todos vocês. A educação é e vai continuar sendo prioridade dentro de toda a minha

atuação política. Podem contar comigo", afirmou.

"INÉDITO"

Ressaltando a importância do evento e a abertura do deputado aos profissionais de toda a comunidade escolar do estado, a coordenadora regional de Educação de Inhumas, Thais Monturil, destacou que o debate com todos os servidores da pasta é algo inédito em Goiás. "O

deputado Lissauer tem dado voz aos educadores, professores, gestores e isso é algo inédito no estado. Estamos todos muito felizes por ter esse espaço", frisou.

Da mesma forma, a coordenadora regional de Educação de Goiânia, Enicleia Moraes, classificou o encontro como um "gesto soberano de democracia". "Nós acreditamos que a educação é o alicerce de todas as coisas e saber que o deputado Lissauer veio aqui prontamente para ouvir os nossos anseios, saber quais são as nossas necessidades enquanto categoria nos engrandece e nos traz a certeza de que ele realmente é um parceiro da Educação", definiu.

Além de Goiânia, compareceram ao evento representantes de 26 municípios goianos: Inhumas, Araçu, Brazabrantes, Caturaí, Povoador de Vila Nova (distrito de Leopoldo de Bulhões), Damolândia, Goianira, Itauçu, Nova Veneza, Santa Rosa de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Taquaral de Goiás, Trindade, Abadia de Goiás, Anicuns, Avelinópolis, Campesre de Goiás, Guapó, Posselândia, Santa Bárbara de Goiás, Piracanjuba, Bela Vista de Goiás, Cristianópolis, Cromínia, Mairipotaba e Professor Jamil.

LEGISLATIVO

Assembleia homenageia operários

O chefe do Poder Legislativo, deputado Lissauer Vieira, inaugurou na terça-feira, 22, o Bosque da Alego com o plantio de 50 mudas nativas do Cerrado e, ainda, descerrou a placa em homenagem a todos os operários que trabalharam na construção da nova sede da Casa de Leis.

Junto aos colaboradores da empresa JL Construtora, responsável pelas obras da nova sede do Poder Legislativo, o presidente da Alego entregou a placa de reconhecimento, fixada no hall de entrada da Casa, com os nomes de todos os operários que atuaram durante toda a construção

do novo prédio. Segundo Lissauer, a iniciativa é mais que uma merecida homenagem, mas uma forma de agradecer a cada um deles por toda a dedicação, compromisso e empenho na edificação de um dos maiores prédios públicos de Goiás e do país.

"Vocês podem afirmar que também fazem parte e colaboraram com o Legislativo goiano. Tínhamos uma sede antiga que não atendia as necessidades. E se passaram mais de 20 anos do sonho idealizado para este momento. Existe aí uma longa história da qual vocês podem se orgulhar de fazer parte. Por isso digo

que os 1.083 colaboradores que estão com seus nomes eternizados na placa que hoje descerramos, são e devem se sentir parte da família da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás", enalteceu Lissauer.

O deputado Hélio de Sousa, responsável pela viabilização do distrato contratual da construção, ainda em sua gestão, destacou a importância da homenagem que, para ele, demonstra não só o compromisso público, mas principalmente o "olhar humano" do presidente Lissauer Vieira. "Essa grandiosa obra concluída e entregue nesta legislatura é a realização de

um sonho de todos nós parlamentares e de toda a sociedade goiana", disse.

BOSQUE

Reforçando o compromisso ambiental do Poder Legislativo, o presidente Lissauer Vieira também inaugurou o Bosque da Alego com o plantio de mudas nativas do Bioma Cerrado. Foram plantadas, em parceria com a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), 50 árvores, sendo dez de cada variedade: acácia javânica, ipê-branco, ipê-roxo, resedá gigante e pata-de-vaca.

O bosque faz divisa com o Ministério Público

Federal (MPF) e o acesso é feito pelo estacionamento do subsolo 2, no setor C e pelo térreo, por meio da rampa lateral externa do grande auditório. Idealizado para o maior conforto dos servidores e dos visitantes em geral, o bosque também vem cumprir um dos compromissos da nova sede, que é o da sustentabilidade. O prédio, pensado na concepção inteligente, foi projetado e construído dentro dos mais modernos conceitos sustentáveis. O projeto do edifício foi pensado para tornar mais racional e inteligente o consumo de água e energia elétrica.

DIVINO PAI ETERNO

Após dois anos, Romaria deve receber cerca de 5 milhões de fiéis

A 182ª Romaria é promovida pela Afipe, em parceria com o Governo de Goiás e a Prefeitura de Trindade

Dhayane Marques

“Uma emoção muito grande, muito grande, sabe? O tanto que o Divino Pai Eterno socorre a gente é compensador. Eu viajei doze horas de ônibus, sentada, estou com dor com o nervo ciático, mas me senti tão bem de poder chegar aqui, sou muito agradecida. Agradecida pelos milagres, tem nem como pedir mais”, contou Percília Rainha Rodrigues, de 66 anos, moradora de Brumadinho, Minas Gerais.

Assim como dona Percília, outros milhares de devotos devem comparecer, após dois anos, à tradicional Festa em

Louvor ao Divino Pai Eterno 2022, que acolhe romeiros de todo o país, que vão em romaria como forma de gratidão pelas graças alcançadas. Com o tema “Pai Eterno, fazei novas todas as coisas”, a estimativa é que neste ano a capital da fé de Goiás receba cerca de 5 milhões de fiéis.

“Depois de dois anos sem podermos celebrar a Romaria de forma presencial, somos tomados pelo sentimento de emoção e gratidão. Finalmente, vamos nos encontrar e, juntos, louvaremos ao Divino Pai Eterno. Rezar sozinho é bom, mas rezar com o irmão é melhor. Atravessamos um período difícil, com sofrimentos e perdas, mas estamos de cabeça erguida e olhando para a frente, acreditando na força de Deus”, disse o reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, Pe. João Paulo Santos.

De acordo com a organização da festa, o tema deste ano foi tirado do livro do Apocalipse de São João e reformulado numa prece: “Pai Eterno, fazei novas todas as coisas”. A Romaria de Trindade é realizada com a união do traba-



Divulgação

lho do Santuário, da administração pública de Trindade e de Goiás e do setor privado.

A peregrinação de pouco mais de 18 quilômetros entre Goiânia e Trindade integra a cultura popular goiana e mobiliza milhões de fiéis que participam da Festa em Louvor ao Divino Pai Eterno. O governador Ronaldo Caiado caminhou pela Rodovia dos Romeiros, na GO-060, de Goiânia a Trindade na noite de quarta-feira, 22. Ele percorreu o trajeto durante a Caminhada da Fé com 200 integrantes na comitiva.

“Estou cada vez mais convicto de que a proteção divina é fundamental para governar”, declarou Caiado. Devoto, lembrou que alcançou resultados e

superou dificuldades ao longo do mandato sempre apoiado na fé. “Peço ao Divino Pai Eterno que me guie para continuar cada vez governando melhor para o nosso povo”, destaca o governador.

CUIDADOS COM A COVID

Os organizadores da festa reforçam que foram realizados treinamentos e orientações aos colaboradores que estarão trabalhando na festa para evitar proliferação da Covid-19.

“Todos os processos realizados foram desempenhados com o objetivo de garantir o bem-estar, a segurança e a qualidade de atendimento, tanto para os colaboradores quanto para os devotos e devotas que lotarão a

cidade de Trindade, entre os dias 24 de junho e 3 de julho”.

PARQUE E MONUMENTO AOS ROMEIROS

Foi inaugurado nesta sexta-feira, 24, em Trindade, o Parque Municipal dos Romeiros e o Monumento aos Romeiros, no quilômetro 10,5 da GO-060, o caminho da fé na Romaria do Divino Pai Eterno. Eles foram inaugurados ao lado do espaço cedido para a instalação do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR) da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) a partir deste ano.

O prefeito de Trindade, Mardem Junior, o governador Ronaldo Caiado e a primeira-dama e presidente de honra da OVG, Gracinha Caiado, participaram da inauguração, na presença de vários secretários estaduais, deputados e vereadores, autoridades municipais e religiosos.

Também foi o início do atendimento aos romeiros prestado pelas equipes da OVG com o começo das celebrações.

Canal Cidadania

Sua voz ativa nas mudanças da nossa cidade!

Você pode contribuir para fazer de Goiânia um lugar muito melhor.

Mande seu elogio, sugestão, encaminhamento ou solicitação para a gente.

Vamos trabalhar para continuar fazendo o que a gente faz de melhor: te escutar.

 **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**



A voz que vem do cidadão  (62) 98111-0121

APARECIDA DE GOIÂNIA

Prefeitura assegura parceria com o setor produtivo

Uma série de encontros estão sendo realizados com empresários para estreitar o relacionamento institucional



Divulgação

Em visita a empresa de grande porte em distribuição de aço, prefeito ressaltou a disponibilidade da gestão municipal para ouvir e solucionar demandas

Da Redação

A Prefeitura de Aparecida está realizando encontros com empresários locais para estreitar o relacionamento institucional com o setor produtivo. Dentro dessa ação, o prefeito Vilmar Mariano visitou as instalações da empresa São Judas Açoprongo, no Parque Industrial Vice-presidente José Alencar, no início da semana.

Intermediada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a visita cortesia reuniu, além do prefeito, a secretária interina da pasta, Valéria Frazão. No encontro, Vilmar e a gestora colocaram a Prefeitura de Aparecida à disposição para solucionar

as demandas do empresariado pertinentes ao Poder Executivo municipal.

“Essas visitas são fundamentais para a gente conhecer, na prática, o tamanho da produção da indústria de Aparecida. Assim, podemos reunir mais elementos para defender as potencialidades do nosso município aos buscar investimentos fora do estado e até em outros países”, afirmou Vilmar Mariano.

O prefeito e Valéria Frazão foram recebidos pelo proprietário da São Judas Açoprongo, Ednamérico Tadeu de Oliveira. O empresário reconheceu a iniciativa

da Prefeitura de Aparecida de nutrir a parceria com o setor produtivo e elencou as razões pelas quais o município de Aparecida, na visão dele, é atrativo para empresas de todos os portes.

Tadeu disse que Aparecida se destaca “pelos programas diferenciados de impostos, pela localização e pela logística. A logística de Aparecida em relação a tudo, à Grande Goiânia, não tem nada igual. Você, daqui, leva tudo mais rápido para qualquer lugar”, acrescentou o empresário.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Instalada em um complexo de 60 mil metros qua-

drados de área construída, a São Judas Açoprongo gera 500 empregos diretos e indiretos na planta de Aparecida, inaugurada em 2008. A companhia tem mais duas empresas do grupo em Goiás, nas cidades de Cezarina e Edealina.

A São Judas Açoprongo distribui aço para a indústria da construção civil. A empresa tem na matriz em Aparecida um terminal da gigante do aço ArcelorMittal, sua principal parceira, que, segundo a São Judas, detém 45% do mercado nacional e 38% do comércio global de aço em larga escala.

20 praças são revitalizadas em Senador Canedo

A Secretaria de Infraestrutura e Obras de Senador Canedo já revitalizou 20 praças desde o final do ano passado, nos mais diversos setores, como Uirapuru, Santa Rosa, Jardim Todos os Santos, Jardim Canedo, Matinha, Anuar Auad, dentre outros.

Uma das praças com reforma finalizada recentemente foi a do setor Dona Lindu, entregue na primeira semana deste mês. Para o morador e líder de bairro Leonardo Reis da Silva, este tipo de intervenção se converte em “momentos de felicidade para os moradores.” Ele elogiou também a implementação de estruturas de acessibilidade, como piso tátil e rampas, de suma importância para ele, que faz uso de cadeira de rodas.

Outra moradora, Vilma Sonia, destacou que este tipo de reforma desestimula a prática de “coisas erradas”



Xande Manso

Revitalização consiste na manutenção dos pavimentos, pintura geral, troca dos bancos e acréscimo de novos ambientes

na praça, visto que mais famílias passam a frequentar o ambiente. “Eu trago minhas netas, minha filha. Depois da reforma elas sempre querem vir. Nós achamos muito bom!”, afirma.

A maioria das novas praças também tiveram toda a rede de iluminação substi-

tuída por lâmpadas de LED (brancas), que iluminam mais, garantindo mais visibilidade e, conseqüentemente, segurança.

Para o prefeito Fernando Pellozo, “é nítido que Senador Canedo está melhorando cada vez mais, e todas as intervenções feitas pela

Prefeitura resgatam a autoestima do canedense, que vai ter muito mais orgulho em viver numa cidade limpa, organizada e segura. As revitalizações das praças da cidade têm um papel social muito importante, pois são espaços de convivência que trazem entretenimento, qualidade de vida, lazer e cultura, a população tem recebido com alegria cada obra entregue”, conclui.

NOVAS PRAÇAS

Em alguns setores é necessária a construção do zero, como explica a Secretária Patrícia Rodrigues. “Reuniões têm sido feitas com os moradores para verificar os locais com maior demanda, e já iniciamos novas praças no Palace São Francisco, Residencial Hebrum e setor Bunitis, isso tudo para que a população tenha lazer e conforto no final do seu dia”, ponderou.

Anápolis realiza audiência pública para discutir Plano de Mobilidade Urbana

A Prefeitura de Anápolis realizou a primeira audiência pública do Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob), na terça-feira, 21, pela Companhia Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT). O estudo do plano começou a ser elaborado na cidade ainda em 2019 mas, por conta da pandemia da Covid-19, precisou ser adiado, sendo retomado no ano passado.

Para a construção do diagnóstico da mobilidade em Anápolis, foi analisada a organização do território municipal, o fluxo de transporte de pessoas, os meios de transporte utilizados, além das informações contidas na pesquisa online disponibilizada para a população no site da Prefeitura.

Durante a apresentação, foram discutidos temas relevantes como acessibilidade e padronização de calçadas, transporte coletivo, regulamentação do estacionamento rotativo e transporte por aplicativo, ciclovias, entre outros.

O promotor do Ministério Público Lucas César Costa Ferreira esteve presente na audiência e pontuou que para alcançar a mobilidade é necessário investimento e que o Plano de Mobilidade Urbana é peça fundamental para que isso aconteça. “A Política Nacional de Mobilidade condiciona qualquer repasse federal destinado à mobilidade urbana à existência de um Plano Municipal de Mobilidade Urbana, então se não tiver esse plano, não vem recurso.”

As próximas etapas envolvem o desenvolvimento das propostas, que serão feitas a partir do diagnóstico apresentado. “Agora iniciaremos a fase de proposta, de prognóstico, que aponta o que deve ser feito para resolver os problemas apresentados, quais medidas o poder público deve tomar e onde deve ser feita a alocação de recursos”, ressalta o diretor de Trânsito e Transportes, Igor Lino Siqueira.

Estão previstas para início do segundo semestre reuniões técnicas e setoriais com a população do município, por meio das entidades representativas, a fim de ampliar o formato participativo na fase pós-audiência pública de diagnóstico e anterior à etapa de prognóstico e proposições. A expectativa é de que o Plano de Mobilidade Urbana seja finalizado ainda este ano.

ESCOLA

FINANCIAMENTO

Sancionada lei que permite renegociação de dívidas do Fies

Foto: Banco de Imagens

A MP foi criada com o objetivo de permitir a renegociação de dívidas dos alunos que aderiram ao Fies

Da redação

Foi sancionado o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2022 (Medida Provisória nº 1.090, de 2021), que altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutive de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação in loco na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Conforme a Exposição de Motivos (EM) nº 67/2021, do Ministério da Economia e do Ministério da Educação, a



Medida ajudará a reduzir os índices de inadimplência do programa

Medida Provisória nº 1.090, de 2021, foi proposta com o objetivo de permitir a renegociação de dívidas dos alunos que aderiram ao Fies até o segundo semestre de 2017, a fim de reduzir os índices de inadimplência do programa e combater os efeitos da crise sanitária da Covid-19.

Com relação à transação da cobrança do crédito do Fies, na hipótese de transação que envolva pessoa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou que tenha sido beneficiária do Auxílio Emergencial 2021, poderá se atingir redu-

ção de até 99%.

Desse modo, para estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 dias na data de 30 de dezembro de 2021, poderá ser concedido desconto de até 77% do valor da dívida. Já para os alunos que estejam inscritos no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021, com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 dias quando da data de 30 de dezembro de 2021, poderá ser concedido desconto de até 99% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por

meio da liquidação integral do saldo devedor.

A medida permite, ainda, a avaliação virtual das instituições de ensino superior, além da possibilidade de avaliação externa in loco, presencial, ou com georreferenciamento, bem como avaliação externa de seus cursos de graduação, por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, e também o financiamento de cursos na modalidade à distância.

Além disso, a proposição também institui o Programa Especial de Regularização Tributária para Santas Casas,

hospitais e entidades beneficentes que atuam na área da saúde e permitirá o refinanciamento de débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2022.

Após manifestação das pastas ministeriais competentes, entretanto, vetou-se dispositivo que estabelecia que os descontos em dívidas concedidos com base no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), regulado pela Lei nº 13.496, de 2017, não seriam computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda; da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A medida incorreria em vício de inconstitucionalidade e contrariaria o interesse público, uma vez que a instituição do benefício fiscal implicaria em renúncia de receita, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A sanção propiciará soluções aos estudantes que se encontram em inadimplência para a retomada de suas atividades de forma digna.

SISU

Liberada consulta às vagas do 2º semestre de 2022

Desde o dia 15 de junho, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza a consulta de vagas a serem ofertadas no segundo processo seletivo de 2022 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A consulta das vagas está disponível na página do Sisu no portal Acesso Único até o final do processo seletivo. As inscrições começarão dia 28 de junho e terminarão no dia 1º de julho.

Durante a consulta, será

possível visualizar as vagas ofertadas por modalidade de concorrência, cursos e turnos, instituições e localização dos cursos. Também será possível acessar a íntegra do documento de adesão de cada uma das instituições que aderiram ao Sisu.

Para participar do Sisu, será exigido do candidato que tenha realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), edição de 2021, obti-

do nota superior a zero na prova de redação, e não tenha participado do Enem na con-

dição de treineiro.

O Sisu é o sistema informatizado do MEC no qual as

SAIBA MAIS

Cronograma

- ✓ **Inscrições:** de 28 de junho a 1º de julho;
- ✓ **Resultado da chamada única:** 6 de julho;
- ✓ **Matrícula ou registro acadêmico:** 13 a 18 de julho;
- ✓ **Manifestar interesse em participar da lista de espera:** de 6 a 18 de julho.

instituições públicas de educação superior, sejam elas federais, estaduais ou municipais, oferecem vagas a serem disputadas por candidatos inscritos em cada edição da seleção. Os candidatos são selecionados para as opções de cursos indicados no ato de inscrição, de acordo com a melhor classificação de nota obtida na edição mais recente do Enem, que, nesta edição, será a de 2021.



Varejo

Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com

Em alta

O Banco Central (BC) projetou, para 2022, alta de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A previsão anterior, divulgada em março, era de um crescimento de 1%. O anúncio foi uma prévia do relatório trimestral de inflação, adiado para o dia 30, devido à greve de servidores do órgão.

Inflação

O BC aumentou as projeções para a inflação nos próximos três anos. Para 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado passou dos 6,3%, previstos em março, para 8,8%, nesta projeção de junho. O centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano está em 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Economia

A Enel Distribuição Goiás está entregando uma obra de eficiência energética na sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, em Goiânia, que vai proporcionar uma economia de aproximadamente R\$ 300 mil por ano aos cofres públicos com a conta de energia da instituição. A distribuidora investiu mais de R\$ 1,1 milhão na troca de 123 equipamentos de ar-condicionado e de mais de 4 mil lâmpadas e luminárias antigas por outras de LED, que são mais econômicas, eficientes e duram até 10 vezes mais que as lâmpadas comuns. De 2017 até 2021, a companhia entregou 39 obras de eficiência energética no Estado, que somaram R\$ 75 milhões em investimentos.

Empresas ativas cresceram 3,7% em 2020

Fernando Frazão/Agência Brasil



Entre 2019 e 2020, o número de empresas e outras organizações ativas no Brasil cresceu 3,7%. Com isso, o país já registra 5,4 milhões de comércio ativos. Os dados são da pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (Cempre) 2020, divulgada no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do aumento, o total de pessoas ocupadas assalariadas em empresas diminuiu 1,8% no mesmo período, o que significa 825,3 mil postos de trabalho formais a menos no país. As mulheres foram as que mais perderam postos de trabalho.

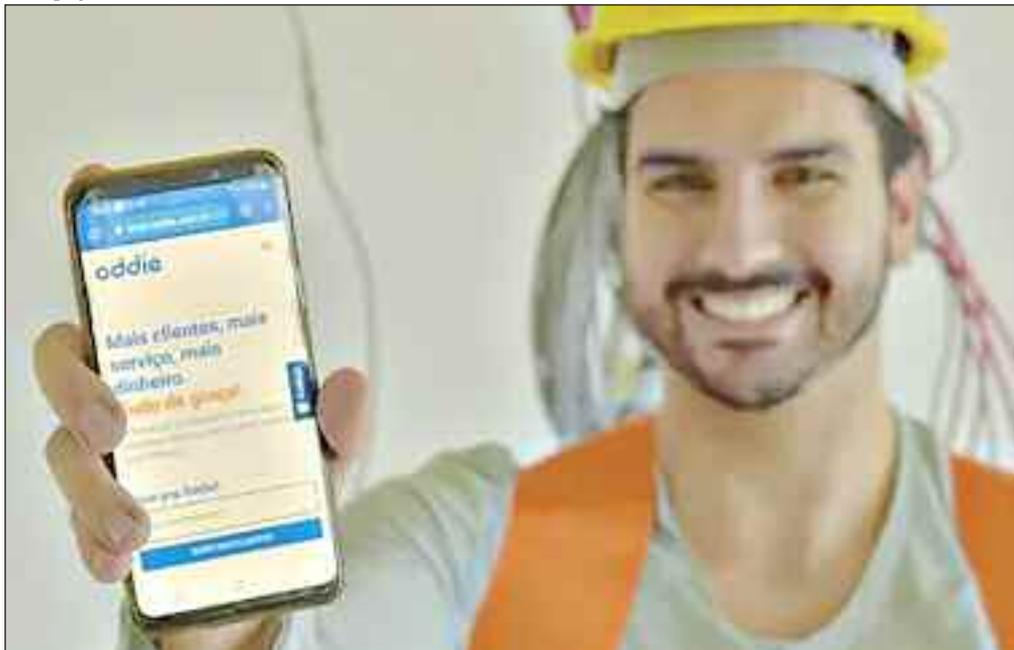
Dado histórico

É a primeira vez, na série histórica do estudo, desde 2008, que a queda no número de assalariados ocorreu ao mesmo tempo em que houve aumento expressivo no total de empresas. Esse movimento pode ter sido ocasionado, de acordo com o instituto, por pessoas que foram demitidas e tentaram abrir seu próprio negócio ou por quem buscava compensar as perdas de renda nesse período.

Vitrine do Conhecimento

A primeira palestra da Vitrine do Conhecimento 2022 será comandada pela psicanalista Ana Suy, no dia 29 de junho. Oportunidade para conferir a temática "A gente mira no amor e acerta na solidão". Na palestra, que é inspirada no livro de Ana Suy, o público terá acesso a experiências vividas pela autora em salas de aula, em sessões de análise com amigos, em leituras de pesquisas teóricas. A palestra tem ingresso simbólico: a doação de um livro de literatura infantil em perfeito estado de conservação e um quilo de alimento não-perecível. As trocas para a palestra estarão disponíveis até o dia 29 de junho ou enquanto houver ingressos.

Divulgação



Plataforma Oddie

Você já parou para pensar o quanto um profissional autônomo enfrenta desafios até se firmar na carreira? Para citar apenas alguns: captação de clientes, acesso a melhores processos, formatos de atendimento e crédito. Foi pensando nesse público, que está em busca de renda extra ou busca empreender ofertando serviços, que surgiu em 2021, a plataforma Oddie <https://oddie.com.br/>.

Gratuito

Já disponível em Goiás, a proposta é oferecer um portal totalmente gratuito, que funciona como uma vitrine para o trabalho de prestadores autônomos e

qualificados, facilitando a conexão com clientes interessados em serviços das mais diversas naturezas. São mais de 16 mil autônomos cadastrados e cerca

de 300 opções ofertadas, entre elas eletricitas, pedreiros, encanadores, marceneiros, mecânicos, pintores, manicures, diaristas, entre outros.

Futebol beneficente

A advogada Fernanda Sarelli está organizando um super futebol solidário em Aparecida de Goiânia. O Futebol das Estrelas acontece no dia 8 de julho, no Estádio Municipal de Aparecida de Goiânia. No evento, times comandados pelos ex-jogadores Marcelinho Carioca e Edilson Capetinha se enfrentam com o objetivo de arrecadar alimentos para a comunidade carente. O jogo é aberto ao público e a entrada é um quilo de alimento não perecível. A partida tem o apoio da Rádio TOP FM e da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia. Todos os alimentos arrecadados serão doados para o Projeto Pingo de Gente, idealizado e comandado por Fernanda Sarelli há mais 7 anos, que atende mensalmente mais de 350 famílias em situação de vulnerabilidade social em Aparecida de Goiânia.